

Uma Análise Empírica entre Desenvolvimento Econômico e *Soft Power*Sergio Rodrigo Vale¹

MB Associados – Consultoria em Análise Macroeconomia – São Paulo/SP (Brasil)

DETALHES DO ARTIGO	RESUMO
<p>Histórico do Artigo: Recebido em: 22 de setembro de 2020 Aceito: 29 de março de 2021 Disponível online: 01 de maio de 2021</p> <p>Sistema de revisão “Double blind review”</p> <p>Editor Científico Ilan Avrichir</p>	<p>Objetivo: Identificar empiricamente o impacto do desenvolvimento econômico e a volatilidade do mesmo sobre o <i>soft power</i>.</p> <p>Método: Pesquisa de natureza empírica com a utilização de instrumental econométrico por regressão simples e variáveis instrumentais, utilizando-se dados de diversas fontes, especialmente de McClory (2017) e FMI.</p> <p>Principais resultados: Corrobora-se a ideia de que países com maior desenvolvimento econômico possuem mais <i>soft power</i> e também que a maior volatilidade desse desenvolvimento é relacionada a menor <i>soft power</i>.</p> <p>Relevância e originalidade: Nos últimos anos, a discussão sobre <i>soft power</i> tem crescido, especialmente para países emergentes em que o <i>hard power</i> é menor. Mas será que a capacidade de influência externa através do <i>soft power</i> pode estar dissociada da própria capacidade de desenvolvimento do país?. Esse assunto é pouco analisado na literatura e especialmente a ideia de que países mais voláteis levam a menor <i>soft power</i> é particularmente inédita.</p> <p>Contribuições teóricas: O artigo traz à luz a discussão necessária do papel do desenvolvimento econômico na geração de <i>soft power</i> nos diversos países. Países mais desenvolvidos teriam condições de explorar melhor suas capacidades de <i>soft power</i>.</p> <p>Contribuições sociais: Em tempos de mudanças geopolíticas tão profundas com a disputa entre China e Estados Unidos, é importante o entendimento de que explorar o capital de <i>soft power</i> de cada país seria facilitado se as condições de progresso econômico doméstico estivessem mais bem ancoradas. O desenvolvimento econômico e social de cada país vem antes de se buscar maior <i>soft power</i>.</p>
<p>Palavras-chaves: <i>Soft power</i>, Desenvolvimento econômico, PIB per capita</p>	

Introdução

O desenvolvimento econômico de um país é condição necessária para que ele tenha *soft power*? Em outras palavras, um país que alcance elevado grau de bem-estar geral para sua população pode também se tornar um exemplo de *soft power* para outros países? Esse artigo tem o intuito de corroborar empiricamente essa afirmação.

Consideramos aqui a definição de *soft power* de Joseph Nye (Nye 2004:X), para quem *soft power* “is the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments”. A ideia, então, é que um país com força econômica suficiente tem condições de ser uma força de atração natural, sem

precisar usar qualquer tipo de força “pesada” como coerção ou pagamento.

Para isso, consideramos nesse estudo o PIB per capita como sinal de desenvolvimento econômico dos países, lembrando que, em muitos casos, o PIB per capita não capta o grau de desenvolvimento de um país, bastando lembrar dos países ricos em reservas naturais e que não são desenvolvidos, como diversos países do Oriente Médio.

Este estudo é empírico e geral para alguns países que não passam por essas questões, ou seja, tem mais diversificação de renda do que aquela originária apenas por um ou outro produto específico. É usada uma compilação feita especificamente para se estimar o ranking de *soft power* para um conjunto de países e com essa base sé feita a estimativa empírica

¹ Contato do autor E-mail: sergio.vale@mbassociados.com.br

para se identificar o impacto do grau de desenvolvimento econômico do país no seu *soft power*.

Por haver possibilidade de endogenia, ou seja, de que o *soft power* pudesse ter impacto na economia usamos técnicas de variáveis instrumentais, com o objetivo de tentar isolar esse impacto e ter mais garantias de exogeneidade da economia em relação ao *soft power*.

Os resultados corroboram a ideia de que países mais desenvolvidos tem mais *soft power*. Mais ainda, corroboram a ideia também de que países com volatilidade de PIB per capita, ou seja, com economias com oscilações em seu padrão de desenvolvimento também têm baixo *soft power*. Isso é interessante para corroborar a visão de que estabilidade de desenvolvimento também é relevante para que se consiga desenvolver o *soft power* ao longo do tempo.

O presente artigo se divide, além desta introdução, em uma seção discutindo a ideia de relação entre desenvolvimento econômico e *soft power*, apresentando a base de dados. Segue-se a discussão dos resultados empíricos e, após, um breve estudo de caso de Brasil e Argentina. Por fim, concluímos.

Desenvolvimento teórico e análise comparativa

A ideia explorada aqui é de que a economia tem papel relevante como condição necessária para que o *soft power* possa florescer. É uma condição necessária, mas não excludente de outros, ou seja, é condição suficiente para que o *soft power* aumente em um país. Para testar se essa conjectura tem suporte empírico, estimamos nesse artigo a relação entre poder econômico de um país, aqui consubstanciado no PIB per capita, e o grau de *soft power* do mesmo.

A ideia, assim, é que qualquer país que queira ter capacidade real de influência pelo *soft power* precisa ter capacidade econômica. Nye (2004:9) considera essa relação quando diz que “*a country that suffers economic and military decline is likely to lose not only its hard power resources but also some of its ability to shape the international agenda and some of its attractiveness*”. Mas logo em seguida, ele diminui qualquer capacidade de influência da economia ao dizer que “*soft power does not depend on hard*

power”, lembrando que, para Nye, economia é um recurso de *hard power* na sua maior parte.

Entretanto, faz mais sentido dizer que *soft power* tem menos relação com *military power* do que *hard power* (incluindo a capacidade de sanções econômicas aqui). No exemplo de Nye (2004:9) o Vaticano nada tem de poder militar quando comparado com seu *soft power*, mas o mesmo não se pode dizer sobre seu poder econômico de arrecadação em cima dos fiéis. É notório que as igrejas, notadamente as mais fortes e tradicionais como a católica, a judaica e a protestante comandam enorme poder econômico, bastando lembrar como a fé religiosa aumenta a capacidade de doação monetária em comparação com quem não a tem (Eger et al. 2014). Essa distinção é importante porque a discussão aqui tratada não é de impacto desse tipo de capacidade econômica no *soft power*. Quando Nye fala do impacto da economia, é quase sempre pela via de sanções, pagamentos ou ajuda externa e não da capacidade efetiva da economia ser uma condição necessária para o *soft power*.

Como dito, desenvolvimento econômico é condição necessária, mas não suficiente, para que um país tenha seu *soft power* aumentado. A China é um exemplo típico. Apesar de seu poder econômico agora consolidado, ela ainda não tem sinais claros de *soft power* relevantes no mundo. Os diversos Institutos Confúcio espalhados em diversos países não geraram a mesma capacidade de influência que uma Aliança Francesa, um Instituto Goethe ou um British Council. Os Chineses não apenas abraçaram as ideias de *soft power* mais que o Ocidente (Vivung 2009), como mantém a percepção de que o centro do *soft power* é a cultura (Glaser et al. 2009), até porque não parece haver espaço para pensar na opção de valores políticos como capacidade de atração de outros países (Shambaugh 2016). Mas, vale dizer, cultura é apenas uma parte do *soft power*.

Emular seu sistema político para o mundo será mais difícil ainda. De fato, Zhao (2009:247) nos lembra que “*China’s current approach to soft power lacks a contemporary moral appeal and therefore is hardly sustainable in the competition with the United States to inspire the vision of building a free and prosperous world*”. Se isto era verdade em 2009, agora essa capacidade se torna ainda mais turva. Com a decisão de aprofundar o regime autoritário na figura de Xi Jinping, será difícil espalhar o modelo chinês ao redor do mundo (Kroeber 2016), fazendo

com que a China mantenha o poder parcial que Shambaugh (2013) sinalizou anos atrás. Nos próximos anos, a disputa geopolítica entre China e Estados Unidos passará pelos seus modelos políticos e, por traz disso, a capacidade de expandir seu *soft power*.

Mas isto não quer dizer que ela não conseguirá ver seu *soft power* expandido. Para isso, ela precisará manter sua capacidade de desenvolvimento. Por mais que a China seja de fato rica hoje, ela ainda é um país pobre, com PIB per capita menor que o brasileiro. Processos de desenvolvimento econômico e institucional são longos, levam tempo para se tornar estáveis (Pierson 2004) e Nunn 2014). Como faz pouco menos de 40 anos que a China mudou seu projeto de crescimento, não seria possível comparar seu grau de *soft empowerment* com o americano ou inglês, por exemplo.

Há que se tomar cuidado também com o uso não liberal, ou iliberal, do *soft power*. Aqui o conceito de iliberal remete às ideias de democracias liberais e iliberais de Zakaria (1997) e Mounk (2018) em que existem aspectos da democracia, como eleições regulares, mas certas características, como liberdade de imprensa de associação, são restringidas. Os casos mais notórios hoje de democracias iliberais seriam a Hungria e a Polônia.

Walker (2016) mostra como em diversos momentos nos últimos anos o *soft power* tem sido desvirtuado por diversos países através do que ele chama de organizações não governamentais organizadas pelo governo (GONGOs). São instituições usadas como instrumentos de *soft power*, mas com o objetivo de propaganda de regimes não democráticos. Segundo Walker (2016: 57), “47 NGOs from Mainland China, Hong Kong, and Macau are authorized to participate in UNHRC meetings. Of these, at least 34 are GONGOs, either under the authority of Chinese government ministries or CCP bodies, or headed by a current or retired government or Party official.” De fato, segundo Diamond (2015:112), “increasingly (Russia and China) are pushing back against democratic norms by also using instruments of soft power – international media (such as RT, Russia’s slick 24:7 global television “news” channel), China’s Confucius Institutes, lavish conferences, and exchange programs – to try to discredit Western democracies and democracy in general, while promoting their own models and norms.”

A Rússia é outro caso interessante de uso intensivo dessas organizações desvirtuando a ideia de *soft power*. Em livro específico tratando o *soft power* nesse país, Van Herpen (2016) relata como eles tratam o *soft power* como “hard power in a velvet glove”. Segundo Van Herpen (2016:44), “normally, in the Western sense, most of the activities (GONGOSs) do not qualify as “soft power”. However, in the Russian context, soft power is considered to be a manipulative asset, which is an integral part of a zero-sum hard power game, a strategy in which the Kremlin not only buys influence but also uses other vectors for its soft power projections.” Isso vale não apenas para a Rússia, mas para outros países, que têm impedido o aumento de ONGs com objetivos de aumento das ideias democráticas. Como diz Carrothers (2017:89), “in just the past few years, dozens of governments, in every region of the world, have been taking a medley of formal and informal measures to block, limit, or stigmatize international aid for democracy, and human rights, specially civil society support, political party work, and election monitoring.”

Essa discussão traz à tona as questões colocadas na relação entre instituições e desenvolvimento econômico, já estudada em Vale (2019). Países com uso intenso de GONGOS como Rússia e China são justamente aqueles com baixo grau institucional e, portanto, com capacidade de gerar desenvolvimento econômico menor no longo prazo (Acemoglu e Robinson 2012). Nesta literatura, coloca-se em dúvida a capacidade da China e da Rússia se tornarem ricas pela baixa capacidade institucional de seus países. Queremos dizer com isso que o caminho a ser percorrido é maior desenvolvimento institucional, que leva a maior desenvolvimento econômico e, segundo nossa, hipótese, a maior *soft power*. A literatura até aqui tem se destacado por identificar o impacto das instituições sobre a economia, corroborando de forma robusta essa relação. A segunda parte, a relação entre a economia e o *soft power*, ainda não tem nenhuma avaliação. No final, podemos fazer a ilação de que instituições mais fortes levam a mais *soft power* e, por isso, a desconfiança de que países como China e Rússia, com baixo nível institucional conseguirão algum dia ter nível relevante de *soft power*. Nesse sentido, Vale a comparação dos casos da Argentina e Brasil para ilustrar nossa tese antes do estudo empírico de fato.

Os casos de Brasil e Argentina

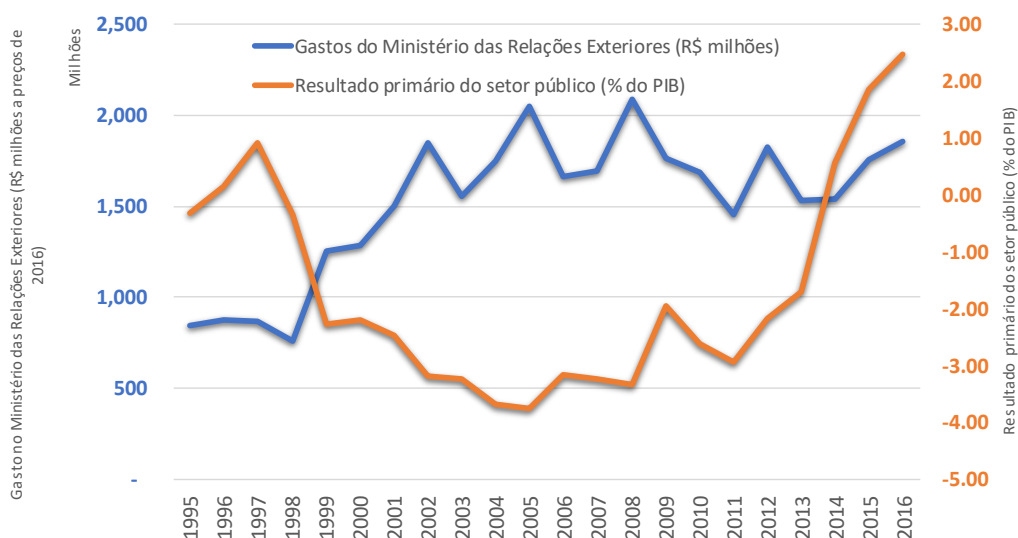
Nos últimos anos o Brasil optou por ter maior presença no cenário internacional, o que demandou aumento dos gastos do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o que se considera em geral um esforço de gasto para aumentar o *soft power* de um país. Uma diplomacia bem desenvolvida é importante para vender a imagem do país no exterior.

Neste período foram criadas embaixadas e reforçada a posição do país nos diversos organismos multilaterais, o que se considera um avanço em termos de *soft power*. Esse período de expansão da diplomacia brasileira se deu especialmente entre os governos FHC e Lula. O crescimento dos gastos do Ministério das Relações Exteriores passou de R\$ 762 milhões em 2008 para R\$ 2,1 bilhões em 2008, um crescimento de 173% (figura 1). Esse período coincidiu com uma situação estável na macroeconomia e o crescimento do PIB do país neste mesmo intervalo foi de 40,2% pelos dados do IBGE coletados em 2017 (ainda assim abaixo do

crescimento mundial do período de 48%, segundo dados do FMI).

A partir de 2011, as restrições fiscais começaram a ficar claras, como se percebe pelo ajuste fiscal feito no início do governo Dilma. Há deterioração significativa do déficit público, que é simultâneo à diminuição dos gastos com o MRE. Não é possível dizer exatamente o quanto a restrição fiscal foi responsável por essa diminuição e quanto o notório desinteresse por política externa por parte da presidente Dilma teve interferência. Foi o período em que cortes nas embaixadas e nos pagamentos aos organismos multilaterais começaram a aparecer (Celestino 2016 e Câmara dos Deputados 2016). Por exemplo, o Brasil perdeu o direito temporário ao voto no Tribunal Penal Internacional por falta de pagamento à Corte (Câmara dos Deputados 2016) e chegou a dever R\$ 3,2 bilhões a diversos órgãos no pico da crise em 2016 (Chade 2016). Como lembra Gadelha (2017:109), “o poder brando do Brasil está em queda, atribuída aos recentes escândalos de corrupção, à crise política e a questões de desigualdade.”

Figura 1. Gastos dos Ministérios das Relações Exteriores (R\$ milhões a preços de 2016) e Resultado Primário do Setor Público (% do PIB)



Fonte: STN, IBGE, Ministério do Planejamento. Elaborado pelo autor.

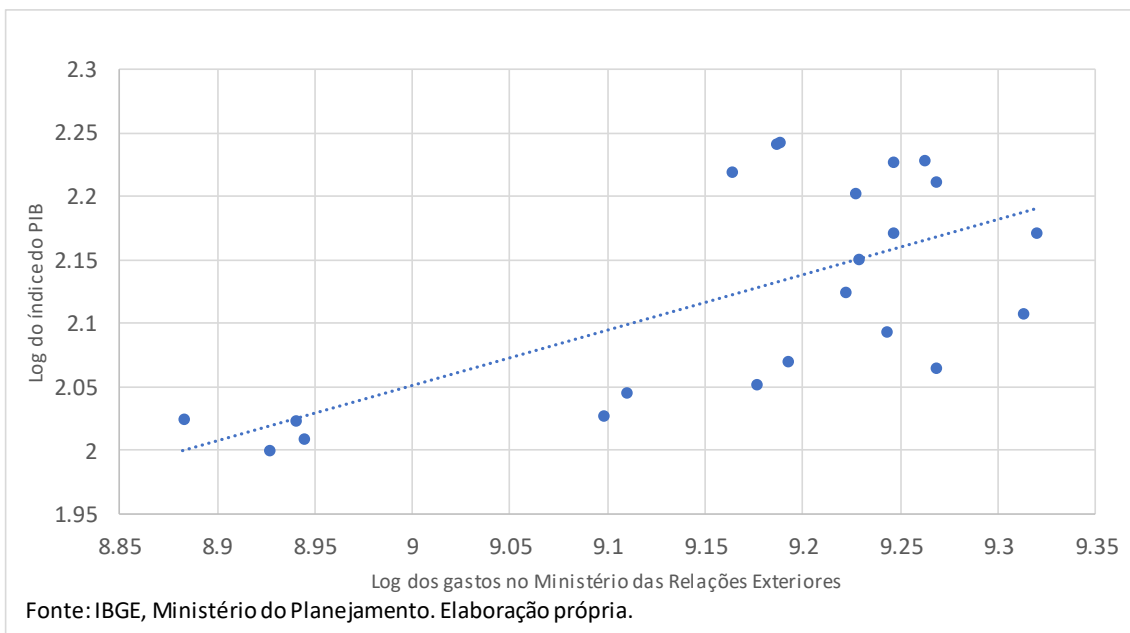
Parte das explicações do atraso nos pagamentos se deve ao auge do ajuste fiscal, iniciado em 2015 na gestão Joaquim Levy no Ministério da Fazenda. *soft power* brasileiro acabou chamuscado por esses órgãos fazerem parte da capacidade do país em se vender lá fora. Quando os recursos ficaram escassos,

também ficou escassa a capacidade de expansão do *soft power*. Exemplo disso foi a forte presença do Brasil na África, em que diversos projetos do BNDES foram feitos com intenção, entre diversas outras, de expansão geopolítica no continente. E essas intenções eram correspondidas pelos africanos, que

viam no Brasil um país mais cordato que as potências tradicionais. Como lembra Zanini (2017:33) sobre as experiências do Brasil na Namíbia, “E por que não um acordo com os EUA ou uma potência europeia? Ou ainda com uma força emergente, como a China ou um vizinho com reconhecida capacidade militar, caso da África do Sul? Cada um tinha um problema, explicaram-me diversos namibianos: os EUA são relutantes em dividir tecnologia; europeus como Reino Unido ou Alemanha carregam o peso do passado colonialista, algo que se aplica também à África do Sul, de quem a Namíbia se separou apenas em 1990; por fim, a China não é exatamente conhecida por oferecer produtos de qualidade. Resta o Brasil: grande, experiente, benigno. “Em primeiro lugar, olhamos para a experiência do Brasil. Depois, para a disposição em dividir essa experiência e o know-how técnico”, afirmou Angula (entrevistado de Zanini).”

Isso reforça a posição também de que a evolução da economia é importante para o crescimento ou não dos gastos. Visualmente vemos na figura 2 que há correlação entre os gastos no Ministério das Relações Exteriores e o PIB. Maior crescimento pode gerar espaço para mais gasto público da mesma forma que recessão em geral impõe restrições fiscais, como têm sido o caso brasileiro nos últimos anos. De fato, *“Brazil has done exceptionally well when it showcases its remarkable domestic achievement in poverty reduction, middle class expansion, and food security. Unfortunately, it has been less effective in areas where its domestic record is mixed, such as infrastructure and energy development. And its efforts to promote alternative development funding agencies may one day pay off under the aegis of the New Development Bank, but so far have had a negative impact on its soft power”*. Mares e Trinkunas (2016:125).

Figura 2. Gastos com o Ministério das Relações Exteriores versus índice do PIB (variáveis em logaritmo)

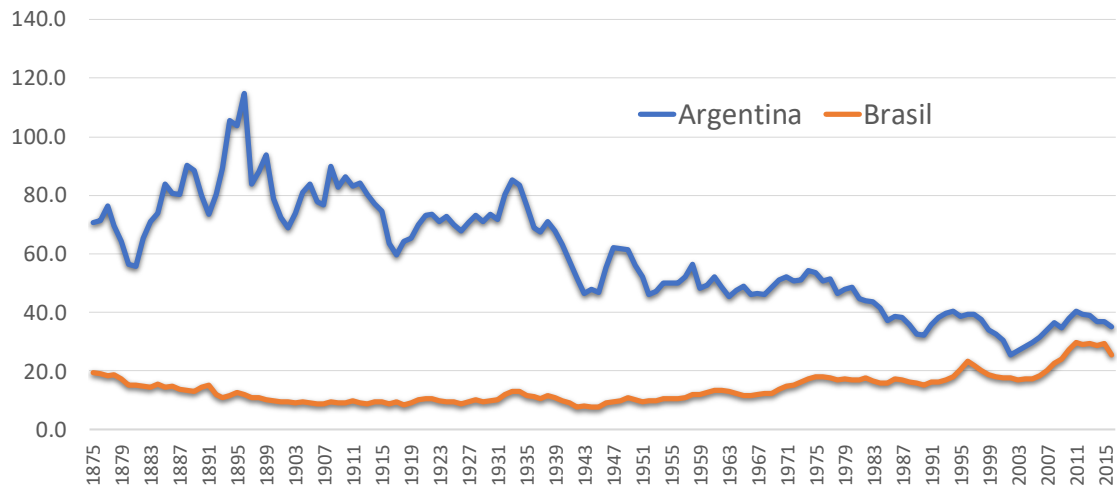


Outro exemplo interessante de se considerar aqui é a Argentina. O país era o mais rico da América Latina na virada do século XIX para o século XX. Em interessante artigo de comparação entre Chicago e Buenos Aires ao longo do século XX, Glaeser e Campante (2018) lembram como Chicago e Buenos Aires cresceram de forma similar ao longo do século XIX, baseados em forte crescimento da agropecuária. Ao longo do século XX, entretanto, as duas cidades e na verdade os dois países começaram a se distanciar. As razões são as elencadas pela literatura que

relaciona instituições e desenvolvimento econômico (Acemoglu e Robinson (2012)), o que é corroborado também pelo artigo de Glaeser e Campante. Ele alude ainda às diferenças de investimento em capital humano em cada cidade (e conseqüentemente em cada país) que acabou por levar a essa diferença significativa de PIB per capita que se vê hoje. Interessante notar que, se hoje os EUA são a maior potência, na virada do século XIX ainda era a Inglaterra. Mas mesmo aqui a comparação fica ainda melhor para a Argentina, com o PIB per capita tendo

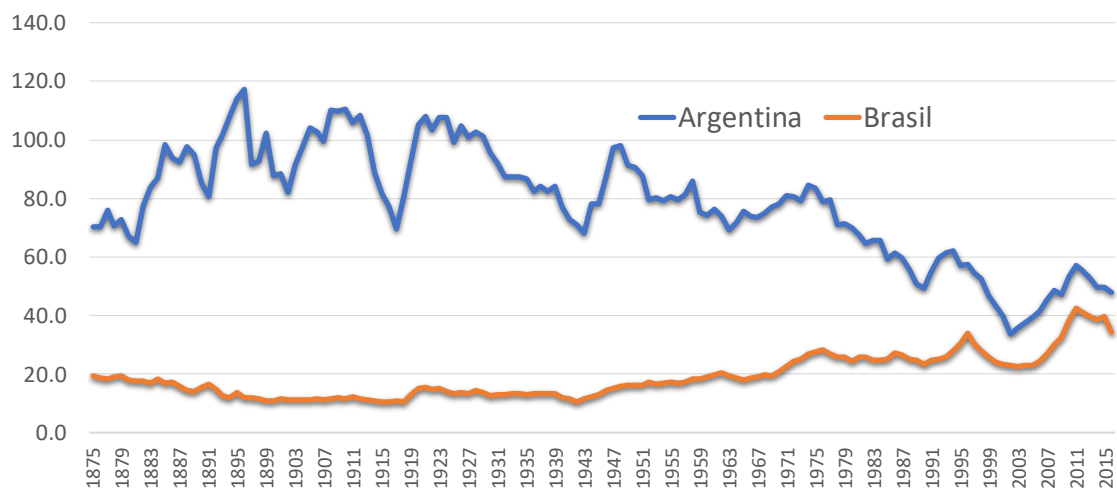
seu PIB per capita ter sido maior que o inglês durante diversos momentos do século passado (figura 3), em que pese o comportamento seguinte ter sido semelhante à queda que se viu na comparação com os EUA (figura 4).

Figura 3. Brasil e Argentina: % do PIB per capita americano



Fonte: Maddison (2018). Elaborado pelo autor.

Figura 4. Brasil e Argentina: % do PIB per capita inglês



Fonte: Maddison (2018). Elaborado pelo autor.

A questão institucional tem aparecido em outros textos, como Spruk (2019), sugerindo que quebras institucionais foram importantes para a perda de relevância da Argentina. Segundo este autor, não tivessem ocorrido essas quebras, a Argentina teria hoje o PIB per capita igual ao da Nova Zelândia.

Nota-se que o Brasil nunca conseguiu se colocar em comparação com EUA e Inglaterra ao longo de sua história em termos de PIB per capita. No caso argentino, vale uma questão de persistência, como discutido em Pierson (2004). O processo de

desenvolvimento institucional vai acumulando investimentos ao longo do tempo a ponto de tornar reversões institucionais difíceis de acontecer. No caso argentino, não houve persistência de crescimento econômico que pudesse gerar investimento em instituições, as quais pudessem realimentassem o próprio crescimento.

O caso argentino foi de crescimento por variáveis exógenas temporárias advindas do forte crescimento do capital físico e agrícola durante o final do século XIX, mas a instabilidade política não permitiu que esse

crescimento inicial intenso pudesse se perpetuar. Como nos lembra Persson et al. (2006), não apenas a democracia e as instituições em si garantem o crescimento econômico, mas sua persistência ao longo do tempo.

A volatilidade e a baixa persistência no crescimento depois de forte empuxo inicial no século XIX parece não ter ajudado no aprofundamento institucional argentino ao longo dos anos. Na diplomacia internacional, tirando recente momento positivo depois que Maurício Macri tomou posse, a Argentina nunca foi relevante nas discussões internacionais, como poderia ter sido se a persistência do desenvolvimento econômico tivesse ocorrido.

Exemplo disso é lembrar o caso do bloqueio inglês na Venezuela em 1902. Depois de não pagar parcelas da dívida com a Inglaterra, esta lançou um bloqueio naval contra os venezuelanos entrando, de fato, em guerra. Mesmo em tempos de Doutrina Monroe, a parceria entre EUA e Inglaterra fez com que os americanos fizessem vista grossa ao bloqueio, o que começou a suscitar reações dos outros países latino-americanos.

Especialmente Brasil e Argentina foram mais ativos na discussão (Stuart 2011), mas a Argentina foi mais vocal, lançando o que viria a ser conhecida depois como Doutrina Drago. Pela Doutrina, detalhada em uma nota enviada ao governo americano por Luís Drago, então Ministro das Relações Exteriores, em 29 de dezembro de 1902, o Estado soberano não deveria ser visto como se fosse uma simples empresa em que bens são arrestados em caso de dívida. Como diz Stuart (2011:127), “a sustentação do princípio de soberania adquire assim uma significação mais jurídica que política e, nesse sentido, a “nota” de Drago exprime o que já foi definido como um dos caracteres da política externa argentina: “a evasão pelo direito”, ou seja, a tentativa de instrumentalizar o direito internacional como meio de defesa contra as grandes potências.”

A Argentina tinha certa força econômica na época, mas não suficiente para conter o bloqueio inglês. Entretanto, a nota de Drago trouxe a discussão para a II Conferência da Paz de Haia, em 1907, em que se acordou que países não poderiam invadir outros para cobrar dívidas não pagas (Souza 2008).

Era uma questão diferente de política externa entre Brasil, mais pragmático e querendo demonstrar

correção de quem era bom pagador, e Argentina, mais “principista” e defensora de outros países de mesma origem espanhola. Também vale lembrar o papel de Theodore Roosevelt, presidente americano, com seu “corolário Roosevelt”, uma versão mais agressiva e intervencionista da Doutrina Monroe (Fausto e Devoto 2004). De qualquer maneira, não deixou de ser uma demonstração de *soft power* que funcionou em parte pela discussão ter se desenvolvido na Conferência de Haia.

Aqui há outro ponto a resgatar desse período na comparação entre Brasil e Argentina com os Estados Unidos naquele momento. Em relações internacionais é sabida a importância geopolítica do tamanho de um país, tanto física quanto economicamente. Se em termos de PIB total o Brasil era menor do que a Argentina (47% do PIB total em 1900), os esforços do Barão do Rio Branco em tentar aumentar a supremacia brasileira foram evidentes (lembrando também da importância de Joaquim Nabuco nessa aproximação anos antes). Em visita ao Brasil em 1906, o Secretário de Estado americano, Elihu Root, segundo o The Washington Post, tinha como objetivo delegar a Doutrina Monroe para o Brasil cuidar da América do Sul (Fausto e Devoto 2004). De qualquer maneira, se o PIB per capita era similar entre Argentina e Estados Unidos, em termos de tamanho de PIB, a Argentina era apenas 5% dos Estados Unidos em 1900. Potencialmente, a Argentina poderia ter alcançado no futuro muito mais capacidade de *soft power*, como outros países menores em termos de PIB fizeram. Exemplos são a t Suíça, Austrália e Canadá.

Por trás dessa aparente força maior do Brasil em relação a Argentina, mesmo com PIB menor, estava o fato de que os argentinos comercializavam mais com a Inglaterra enquanto o Brasil o fazia com os EUA. E como nos lembra Ricupero (2017:241), “transpirando a autoconfiança advinda da recém-conquistada prosperidade periférica ao Império Britânico, os argentinos eram então e por muitos anos assim permaneceriam, os únicos latinos com veleidades de aspirar a uma liderança rival da americana”. Essa rivalidade era “auxiliada” pela aliada Inglaterra, de onde vinha quase 50% de todo o investimento que ela fazia no exterior no final do século XIX (Ferrer 2006).

Fosse a economia argentina hoje mais desenvolvida teria condições de ter mais *soft power*? As estimativas empíricas indicadas na próxima sessão

parecem sinalizar que sim, mas ao mesmo tempo faltou ao Brasil e Argentina ao final os meios para conseguir manter o padrão de desenvolvimento que, ao menos no caso argentino, denunciava acontecer no início do século passado. Esses exemplos servem como pano de fundo para avaliação empírica mais geral que será feita nas próximas sessões.

Além disso, aqui relatamos os exemplos de dois países com muita volatilidade em que seu crescimento econômico também foi volátil ao longo das décadas, alternando momentos de forte crescimento com momentos de recessão profunda. Fica a pergunta que tentaremos responder se essa volatilidade também pode levar a algum impacto no *soft power* ou não. Vale dizer que tanto nesse caso quanto na própria relação entre desenvolvimento econômico e *soft power* não há literatura tratando diretamente desse assunto, o que pode estar relacionado com o baixo uso de métodos quantitativos em relações internacionais.

Metodologia

A base de dados utilizada neste primeiro exercício será o PIB per capita de 2014, 2015 e 2016 de cada um dos países como proxy para força econômica. Utilizamos esses anos por serem os anos em que os dados de *soft power* também foram calculados. Para os dados de *soft power* serão utilizados os resultados de McClory (2015, 2016 e 2017), que construiu um ranking de 30 países (tabela 1) com variáveis de *soft power* semelhantes às sinalizadas por Nye, incluindo algumas mais recentes, como a capacidade de impacto digital desses países via redes sociais, por exemplo.

Há outros rankings, notadamente o da revista Monocle. Entretanto, este é bem mais subjetivo do que o usado nesse estudo. Por exemplo, a Argentina entrou no último top 30, entre outros argumentos, por conta do novo papa e pelo Messi. Por mais que possa haver justificativa para isso torna o indicador extremamente vinculado a elementos muito pouco quantificáveis e, especialmente, comparáveis. Anteriormente, o autor dos dados aqui utilizados era responsável pelos cálculos da Monocle através do *Institute for Government*, do Reino Unido, mas a metodologia era diferente, por abarcar menos informação na construção do ranking.

Vale observar a evolução de alguns países na tabela 1. Brasil e China inverteram posições nos últimos três anos, com a China galgando postos no ranking enquanto o Brasil perdeu espaço, especialmente como consequência das turbulências políticas vividas pelo país durante o período recessivo.

Os primeiros colocados se alternam nos últimos anos, mas concentrados em países desenvolvidos tradicionais, com leve queda dos Estados Unidos após a vitória de Trump. De qualquer maneira, parece haver certa estabilidade nos países desenvolvidos, com poucas variações de um ano para outro, mas no caso dos países em desenvolvimento, há enorme volatilidade. Por exemplo, o México e a Argentina aparecem em um ano na lista e não mais nos outros. A Hungria, com o aprofundamento de um regime iliberal nos últimos anos com Viktor Orbán (Mounk 2018), caiu algumas posições de 2016 para 2017.

Tabela 1. Indicador de Soft Power

2015		2016		2017	
Reino Unido	75.6	Estados Unidos	78.0	França	75.8
Alemanha	73.9	Reino Unido	76.0	Reino Unido	75.7
Estados Unidos	73.7	Alemanha	72.6	Estados Unidos	75.0
França	73.6	Canadá	72.5	Alemanha	73.7
Canadá	71.7	França	72.1	Canada	72.9
Austrália	68.9	Austrália	69.3	Japão	71.7
Suíça	67.5	Japão	67.8	Suíça	70.5
Japão	66.9	Suíça	67.7	Austrália	70.2
Suécia	66.5	Suécia	67.0	Suécia	69.3
Holanda	65.2	Holanda	64.1	Holanda	67.9
Dinamarca	63.2	Itália	63.8	Dinamarca	65.5
Itália	63.1	Espanha	63.5	Noruega	65.2
Austria	62.0	Dinamarca	62.6	Itália	64.7
Espanha	61.7	Finlândia	62.1	Áustria	63.8
Finlândia	60.2	Noruega	61.6	Espanha	63.6
Nova Zelândia	60.0	Nova Zelândia	61.5	Bélgica	62.8
Bélgica	58.9	Áustria	61.0	Finlândia	62.4
Noruega	58.0	Bélgica	59.7	Nova Zelândia	62.0
Irlanda	55.6	Singapura	58.1	Irlanda	60.6
Coréia do Sul	54.3	Portugal	57.8	Singapura	58.6
Singapura	52.5	Irlanda	57.0	Coréia do Sul	58.4
Portugal	49.0	Coréia do Sul	51.4	Portugal	54.4
Brasil	46.6	Polônia	48.1	Grécia	52.2
Polônia	46.5	Brasil	47.7	Polônia	51.3
Grécia	45.7	Grécia	47.0	China	50.5
Israel	44.5	Hungria	47.0	Rússia	49.6
República Tcheca	43.3	Rússia	46.6	República checa	48.7
Turquia	42.6	China	45.6	Hungria	48.2
México	42.5	República Tcheca	44.6	Brasil	47.4
China	40.9	Argentina	44.2	Turquia	45.4

Fonte: dados de The SoftPower 30 e tabela elaborada pelo autor.

A metodologia de McClory, além de ser a mais recente, nos pareceu também a mais acurada, inclusive aos olhos de Joseph Nye, que prefacia o projeto e criador do termo *soft power*. Diferentemente de outras bases como a da revista *Monocle*, esta base inclui componentes digitais e de diplomacia digital. A ideia é capturar a relação que existe entre estados e organizações através de mídias sociais, campanhas publicitárias, entre outras. Além disso, houve também pesquisas de opinião especificamente feitas para o projeto.

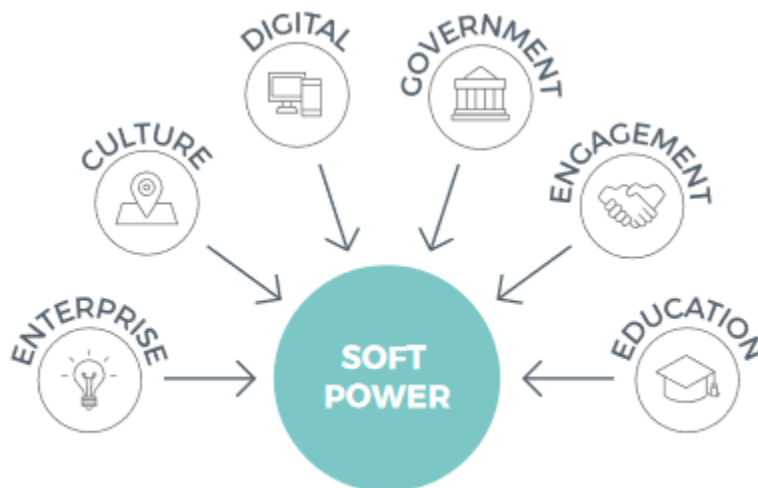
Ainda pela metodologia de McClory, o cruzamento de dados objetivos e subjetivos chegou em um ranking em que 70% das categorias foram objetivas e 30% delas foram subjetivas. As objetivas

incluíram dados normalizados entre os países de impacto digital (internet e Facebook majoritariamente), cultura (turismo, música, filmes, etc), companhias (patentes, inovação, etc), engajamento (número de embaixadas, tratados assinados, missões culturais, etc), educação (número de *think tanks*, universidades, estudantes internacionais, etc) e governo (taxas de homicídio, desigualdade de renda, liberdade de imprensa, etc). Os dados subjetivos foram pesquisas feitas nos países sobre culinária, produtos tecnológicos, bens de luxo, razão da visita ao país e se são bem tratados ou não, entre outras questões.

São construídos 6 subíndices que são utilizados na construção final do indicador, considerando dados

coletados sobre empresas, cultura, presença digital, governo, engajamento e educação (figura 5).

Figura 5. Subíndices do indicador de Soft Power



Fonte: McClory (2017).

Note-se que nenhuma variável econômica stricto sensu foi utilizada para a construção do indicador, o que diminui, mas não elimina, o risco de endogenia entre PIB per capita e *soft power*. Entretanto, algumas variáveis são claramente econômicas, como, por exemplo, o tamanho da economia informal e o investimento estrangeiro direto o que exigirá que sejam feitas correções específicas para diminuir o efeito da endogenia.

Adicionalmente ao dado de PIB per capita, usaremos como variável exógena a volatilidade do crescimento econômico calculado como o desvio padrão da taxa de crescimento de cada país entre 1980 e 2015. A hipótese a ser testada é de que mais volatilidade gera menos *soft power*. Aqui a ideia é capturar um efeito indireto do crescimento, pois diversos estudos mostram que volatilidade elevada gera crescimento baixo (Aghion et al. 2005) e (Ramey et al. 1995), conseqüentemente menor PIB per capita e, por isso, menos *soft power* em nossa concepção. Em outras palavras, países muito instáveis economicamente não conseguiriam elevar de forma sustentável seu *soft power*.

Além disso, pode se discutir uma possível endogenia entre *soft power* e PIB per capita, ou seja, é possível considerar que países com mais *soft power* gerem mais crescimento econômico. Em que pese se pensar que em alguns casos dos itens do índice isso pode de fato ajudar em parte a economia, no geral não parece ser razoável que a relação causal seja

dessa forma, como ocorre no estudo de Rose (2019), em que ele não acha relação robusta positiva de causalidade entre *soft power* e comércio bilateral. Ou seja, é difícil imaginar que um país consiga ter um nível elevado de *soft power* antes de conseguir ter minimamente uma capacidade econômica bem estabelecida. O Brasil tem *soft power*, mas tem capacidade institucional (e, conseqüentemente, econômica) de avançar mais em seu *soft power* ao longo dos anos?

Para testar essa possibilidade vamos considerar a estimação com variáveis instrumentais através do método de mínimos quadrados de dois estágios (TSLS) (Wooldrige 2010). A ideia de usar instrumentos é identificar variáveis que sejam relacionadas com a variável exógena em questão, o PIB per capita, mas que pouco ou nada tenham a ver com o *soft power*. A ideia em uma regressão em que as variáveis X sejam exógenas à variável endógena Y significa dizer que na seguinte regressão:

$$Y_t = \alpha + \beta X_t + e_t \quad (1)$$

A covariância entre a variável supostamente exógena e o erro seria diferente de zero, ou seja, $Cov(X, e) \neq 0$. Isso quer dizer que há alguma variável omitida que esteja correlacionada diretamente com a variável exógena e que está sendo captada pelo erro. O ideal seria achar uma variável Z que não fosse correlacionada com o erro, ou seja, $Cov(Z, e) = 0$, mas

correlacionada com a variável supostamente exógena X , ou seja, $Cov(Z, X) \neq 0$. Nesse caso, dizemos que Z é uma variável instrumental de X ou então apenas um instrumento de X . Quando se consegue identificar um instrumento que seja estatisticamente correto passamos a ter consistência dos coeficientes estimados. Além da estimação por variáveis instrumentais precisamos também identificar se as variáveis instrumentais escolhidas de fato tornam a variável supostamente endógena em exógena e se cada instrumento também é válido ou não para ser usado. Para isso, serão feitos dois testes específicos. Para o primeiro caso, o teste de endogeneidade de Durbin-Wu-Hausman (Wooldridge 2010) é utilizado. No segundo caso, o teste de Eichenbaum-Hansen-Singleton (EHS) (Eichenbaum et al. 1988) identifica a validade do instrumento ou não.

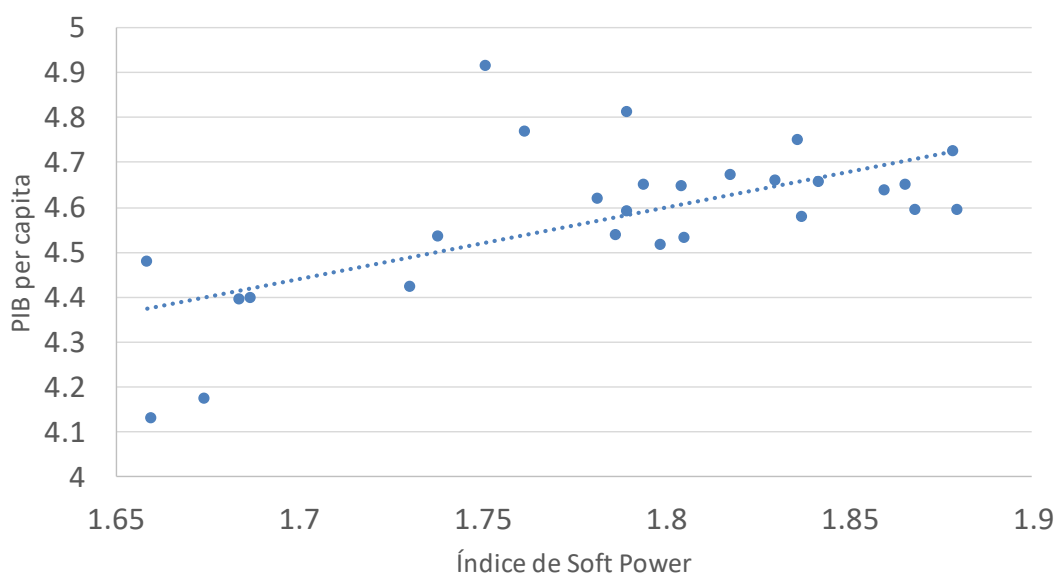
Identificamos duas variáveis que são usuais em restringir crescimento econômico de longo prazo: a dívida bruta do governo em % do PIB e poupança em % do PIB. Nos dois casos, a ideia é que países com elevado endividamento público tenham prêmio de risco mais elevado, menos investimento e produtividade, gerando menor crescimento. Há uma recente discussão se, de fato, níveis elevados de endividamento podem gerar crescimento mais baixo. As discussões teóricas são favoráveis a esse entendimento, mas os resultados empíricos ainda são dúbios, com certa vantagem para a relação negativa entre as duas variáveis (Reinhart et al. (2016)).

As variáveis instrumentais aqui utilizadas são aquelas que afetam a variável exógena identificada, no caso o PIB per capita, mas não a endógena, o *soft power* no caso. De fato, faz mais sentido esperar que as variáveis instrumentais aqui utilizadas tenham mais impacto no PIB per capita do que no *soft power*. Acemoglu et al. (2008) considera além da poupança, o total de comércio sobre o PIB como variável instrumental para o PIB per capita. Entretanto, no nosso caso essa variável foi deixada de fora por conta do resultado de Rose (2015) que indica certa causalidade entre *soft power* e comércio internacional, o que iria contra a ideia do uso da variável instrumental neste caso. Entretanto, vale notar que, em estudo posterior, utilizando técnicas de variáveis instrumentais, Rose (2019) não encontra mais esse resultado.

Não foram utilizados dados em painel pois as variáveis construídas foram as médias de 1980 até o ano escolhido (2015 a 2017). Não foram dados específicos de cada ano das variáveis, dado justamente a pouca quantidade de anos, o que faz com que não houvesse muita variação nos dados se fosse utilizado painel. Ou seja, poderíamos ter feito a regressão para um ano apenas, tendo sido feito para mais anos como teste de robustez.

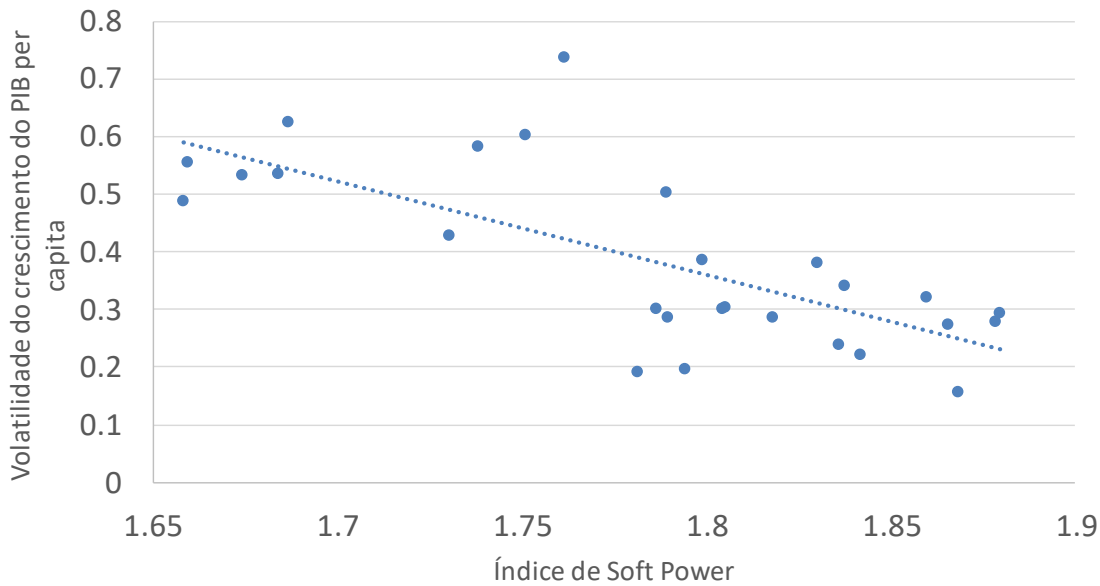
As figuras 6 e 7 mostram a relação entre PIB per capita e o indicador de *soft power* e a volatilidade do PIB em relação ao indicador. Em ambos os casos parece haver certa correlação positiva em um caso e negativa no outro, respectivamente.

Figura 6. Índice de Soft Power (McClory) e PIB per capita (FMI) (dados logaritmizados)



Fonte: The SoftPower 30, FMI. Elaboração própria. Dados em logaritmo.

Figura 7. Índice de Soft Power (McClory) e volatilidade do PIB per capita (dados logaritmizados)



Fonte: The SoftPower 30, FMI. Elaboração própria. Dados em logaritmo.

Há também uma discussão possível sobre a variável de instituições políticas do *soft power* afetar o PIB per capita. Alguns estudos mostram que democracia e instituições em geral, por exemplo, causam crescimento (Acemoglu et al. 2015 e 2014), mas isso não se torna tanto um problema, pois a variável política é uma dentre inúmeras outras que não teriam relação reversa com o PIB per capita. A ideia é que países que conseguiram gerar crescimento e PIB per capita crescente é que conseguiriam gerar capacidade de *soft power* na sequência. Pensar o contrário é que seria mais difícil, ou seja, um país que tenha um *soft power* relevante e duradouro antes de conseguir se tornar economicamente relevante. Vejam que não estamos dizendo que esses países não tenham algum grau de *soft power*, quase todos no final tem, mesmo que mínimo, mas queremos dizer que condições domésticas básicas dentro dessas economias, se houvessem, poderiam levar esses países a aumentar em muito seu *soft power* ao longo do tempo. De qualquer maneira, como de praxe, há sempre que se tomar cuidado nas discussões de endogenia pela dificuldade em se identificar instrumentos realmente válidos e significantes.

Todos os dados aqui apresentados estão logaritmizados para que o coeficiente represente uma elasticidade. A regressão básica será dada por:

$$Y_t = \alpha + \beta X_t + \gamma V_t + e_t \quad (2)$$

Onde Y_t representa o indicador de soft power, α , β e γ são constantes, X_t o PIB per capita e V_t o indicador de volatilidade do crescimento.

Resultados empíricos

Os resultados são apresentados na tabela 2. As equações (1), (4) e (7) consideram a regressão por OLS com apenas o PIB per capita e uma constante. Nas equações (2), (5) e (8) considera-se a entrada da volatilidade de crescimento na estimativa. E as equações seguintes, (3), (6) e (9) são as estimativas por variáveis instrumentais, considerando o PIB per capita e a volatilidade de crescimento como variáveis. Nota-se que todas as variáveis são significantes a 5%.

Como se vê, há uma relação positiva e significativa entre o PIB per capita e o indicador de *soft power* que varia de 0,15 a 0,32, dependendo do ano (tabela 2). Abaixo da tabela apresentam-se os resultados do teste de Durbin-Wu-Hausman. De forma interessante esse teste identifica que o PIB per capita já seria exógeno sem ser necessário usar os instrumentos para correção. Como se utilizaram os instrumentos clássicos no caso do PIB per capita, interessante notar que, de fato, o PIB per capita parece ser mesmo exógeno ao *soft power*.

A volatilidade do crescimento é captada de forma negativa e significativa em todos os modelos, aumentando o R2 e melhorando os critérios de escolha de modelo de Hannan-Quinn e Schwartz de

forma significativa quando incorporado nos três anos analisados. É interessante reforçar o significado dessa variável. Ela parece não apenas ter mais peso pelo coeficiente ser maior, mas aumenta sobremaneira o

poder da regressão quando incorporado no resultado. Assim, países que têm tido volatilidade elevada de crescimento teriam, em tese, diminuição ao longo do tempo de seu *soft power*.

Tabela 2. Resultados da regressão do índice de *soft power* com PIB per capita

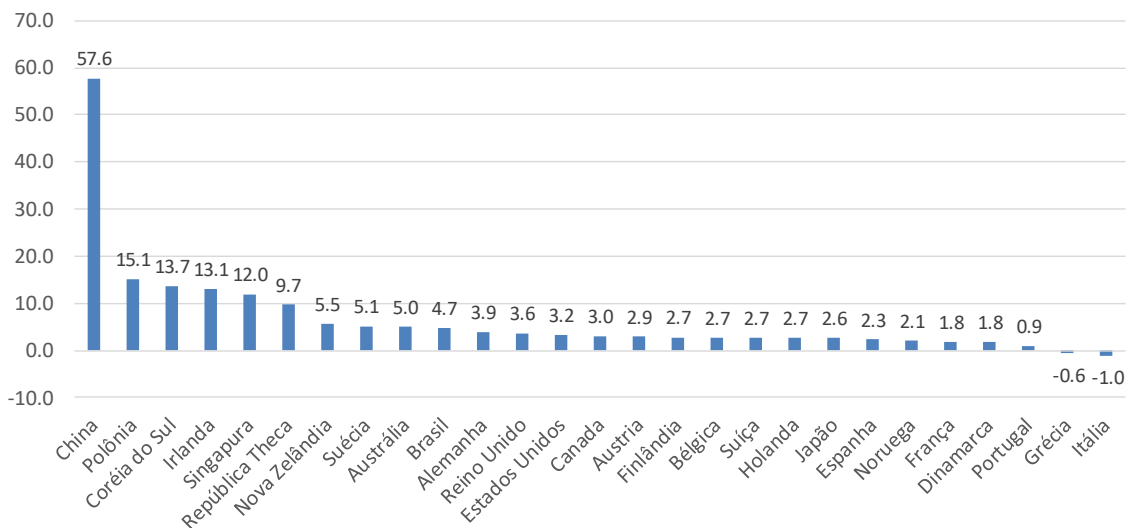
	2015			2016			2017		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
	OLS	OLS	TOLS	OLS	OLS	TOLS	OLS	OLS	TOLS
PIB per capita	0.32*** (0.05)	0.22*** (0.04)	0.20** (0.09)	0.28*** (0.05)	0.22*** (0.04)	0.15** (0.07)	0.27*** (0.04)	0.19*** (0.02)	0.20** (0.04)
constante	0.65*** (0.56)	1.91*** (0.50)	2.15* (1.05)	1.05*** (0.05)	2.26*** (0.29)	2.68*** (0.77)	1.25*** (0.47)	2.29*** (0.29)	2.21*** (0.50)
volatilidade de crescimento (PIB)	-	-0.27*** (0.06)	-0.28*** (0.07)	-	-0.23*** (0.03)	-0.25*** (0.03)	-	-0.22*** (0.02)	-0.22*** (0.03)
Instrumentos			dívida bruta e poupança em % do PIB			dívida bruta e poupança em % do PIB			dívida bruta e poupança em % do PIB
n	30	30	30	30	30	30	30	30	30
J-stat (p-value)			1.93 (0.16)			0.65 (0.42)			0.16 (0.68)
R2	0.47	0.66	-	0.44	0.71	-	0.46	0.74	-

Fonte: PIB per capita a preços de 2014, 2015 e 2016 coletados no FMI; cálculos de volatilidade feitos pelo autor; dívida bruta e conta corrente em % do PIB coletados no FMI. As primeiras duas regressões de cada ano foram feitas por mínimos quadrados (OLS) e a última por TOLS (Mínimos Quadrados de Dois Estágios). Erros padrão robustos (White) reportados em parênteses. Equação (3): teste de endogeneidade de Durbin-Wu-Hausman = 0.64 (0.82), teste de C-ortogonalidade = 1.93 (0.16); Equação (6): teste de endogeneidade de Durbin-Wu-Hausman = 0.17 (0.67), teste de C-ortogonalidade = 0.65 (0.42); Equação (9): teste de endogeneidade de Durbin-Wu-Hausman = 0.00 (0.92), teste de C-ortogonalidade = 0.16 (0.68) * significante a 10% ** significante a 5% *** significante a 1%. Todas as variáveis estão em logaritmo. Elaboração própria.

Vale fazer um exercício hipotético do que teria crescido no indicador de *soft power* considerando o crescimento das economias entre 2000 e 2016 (figura 8). Obviamente o primeiro colocado é a China, o que

a justifica estar na lista, apesar dos principais itens considerados por Nye, especialmente os valores políticos, serem tão malvistos.

Figura 8. Aumento hipotético no ranking de *soft power* entre 2005 e 2015



Cálculos do autor com base na regressão (9).

Parece correto dizer que a economia ajudou diversos emergentes nos últimos anos a galgar postos potenciais no ranking, como é o caso da Polônia. No longo prazo fica a dúvida se a perda de qualidade da democracia polonesa poderá levar a um impacto negativo na economia, como a literatura mostra, levando a uma reversão da melhora no *soft power*.

De qualquer maneira, continua sendo verdade que a maior evolução, tirando a China, continua sendo nos países desenvolvidos, que teriam ampliado hipoteticamente seu *soft power* com a evolução de suas economias. O Brasil obteve ganhos modestos pela piora na economia nos últimos anos e alguns países que têm passado por severas crises por

períodos mais longos, como Grécia e Itália, têm perdido espaço no *soft power* mundial.

Há também ainda uma dificuldade da opinião pública em aceitar as políticas de *soft power* como relevantes. Por exemplo, Caplan (2007) fez um amplo estudo para identificar a visão da sociedade americana sobre diversos assuntos econômicos. No caso de ajuda externa a países mais pobres a visão majoritária é que essas políticas causam a maior parte do déficit público americano, quando isto está bem longe de ser verdade. Por exemplo, para o público americano o gasto com ajuda externa é o maior dentre todo o gasto público para 41% das pessoas, o nível mais alto entre todas as avaliações sobre outros tipos de gasto, enquanto o gasto com previdência social é o maior apenas para 14% da população. E os números reais são justamente o contrário, com 1,2% do gasto público total indo para a ajuda externa e 21,6% indo para o gasto com previdência.

Com a piora econômica brasileira nos últimos anos, tendo enfrentado duas recessões históricas em 2015/2016 e em 2020, fica a questão de quanto isso poderá influenciar no *soft power* brasileiro ao longo dos próximos anos. Além disso, a questão ambiental tem se tornado relevante desde o início do governo Bolsonaro pelo desgaste de imagem no exterior com a ampliação do desmatamento na Amazônia e a impressão de que o governo não tem feito o suficiente. Com as novas mudanças no ambiente de negócio das empresas com as normas ESG (*Environment, Social and Governance*) fica claro que as falhas institucionais em combater o desmatamento poderá ter impacto na economia em termos de menos investimento, crescimento e, conseqüentemente *soft power*.

Conclusão

A ideia deste artigo foi corroborar a visão de que economias mais fortes, desenvolvidas, teriam mais *soft power*. É sempre verdade que pode haver divergências por conta de critérios de escolha sobre os indicadores de *soft power*. Eles são naturalmente subjetivos, como o próprio conceito o é. Entretanto, a conjectura que parece ter um elevado grau de bom senso por trás, ou seja, que para ter um *soft power* mais elevado é necessário que a economia também seja minimamente desenvolvida parece ser de fato corroborada pelas evidências empíricas. O

interessante do resultado é também ter sido corroborado considerando a possibilidade de endogenia entre as variáveis, utilizando-se variáveis instrumentais tradicionais da literatura econômica nesses casos.

Além disso, foi testada a possibilidade de que uma economia muito volátil poderia levar a menos *soft power*, o que foi igualmente corroborado, trazendo a ideia de que a estabilidade de desenvolvimento econômico também é importante para que tal tipo de poder possa florescer.

Os resultados aqui apresentados sugerem cautela, por exemplo, com países como a China, que tiveram grande avanço na economia nos últimos anos, mas ainda têm dificuldade em emplacar seu *soft power* mundo afora. Pode ser questão de tempo para que, com a consolidação econômica, seu *soft power* também comece a se tornar mais presente. Entretanto, a questão anterior de que boas instituições levam a mais desenvolvimento econômico colocam em dúvida se a China continuará no atual caminho.

Estudo posterior identificará o papel da economia e das instituições em outro aspecto do poder, o *hard power*. Neste caso, espera-se que instituições e economias mais fortes levem a menor *hard power* ao longo do tempo, entendendo-se aqui *hard power* como poder militar, mais do que econômico.

Bibliografia

Acemoglu, D., Johnson, S., Robinson, J. e Yared, P. (2008). Income and democracy. *American Economic Review*, 98(3), 808-842.

Acemoglu, D. e Robinson, J. (2012). *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty*. Crown Publishers.

Acemoglu, D., Gallego, F. e Robinson, J. (2014). Institutions, Human Capital, and Development. *The Annual Review of Economics*, 6, 875-912.

Acemoglu, D., Nairu, S., Restrepo, P. e Robinson, J. (2015). *Democracy Does Cause Growth*. <http://economics.mit.edu/files/11227>

Acemoglu, D. e Robinson, J. (2016). *Paths to Inclusive Political Institutions*. MIT Working Paper. <https://economics.mit.edu/files/11338>

- Aghion, P., Angeletos, G-M., Banerjee, A. e Manova, K. (2005). *Volatility and growth: credit constraints and productivity-enhancing investment*. NBER Working Paper, 11349, Maio.
- Câmara dos Deputados (2016). Requerimento de informação por parte da Câmara dos Deputados. <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1433973.pdf>
- Caplan, B. (2007). *The Myth of the Rational Voter: Why Democracies Choose Bad Policies*. Princeton University Press.
- Carrothers, T. (2017). *Democracy Aid at 25: Time do Choose*. In: *Democracy in Decline?* Edts Larry Diamond e Mark Plattner, Johns Hopkins University Press.
- Celestino, H. (2016). Um Brasil silencioso. *Jornal Valor Econômico*, Caderno Eu & fim de Semana, 6 de maio.
- Chade, J. (2016). Brasil soma dívida de R\$ 3,2 bilhões com órgãos internacionais. O Estado de São Paulo, 15 de abril de 2016. <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-deve-r-3-2-bi-a-orgaos-como-onu-e-oms,10000026075>
- Diamond, L. (2015). *Facing Up to the Democratic Recession*. *Democracy in Decline?* In Larry Diamond e Mark Plattner (Eds.), (pp. 98-118). Johns Hopkins University Press.
- Eger III, R., McDonald III, B. e Wilsker, A. (2014). Religious Attitudes and Charitable Donations. *Journal of Applied Business and Economics*, 17(2), 52-65.
- Eichenbaum, M., Hansen, L.H. e Singleton, K.J. (1988). A time series analysis of representative agent models of consumption and leisure choice under uncertainty. *Quarterly Journal of Economics*, 103(1), 51-78.
- Fausto, B. e Devoto, F. J. (2004). *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. Editora 34.
- Ferrer, A. (2006). *A economia argentina: de suas origens ao início do século XXI*. Editora
- Gadelha, H. (2017). *O exercício do soft power brasileiro: a diplomacia do futuro e a alcunha do passado: o mito do soft power brasileiro*. In: Westman, G. (Ed.), *Novos olhares sobre a política externa brasileira*. Editora Contexto.
- Glaeser, E. L., e Campante, F. (2018). Yet Another Tale of Two Cities: Buenos Aires and Chicago. *Latin America Economic Review*, 27 (artigo n. 2)
- Glaser, B.S. e Murphy, M.E. (2009). Soft Power with Chinese Characteristics. In: Carola McGiffert (Ed.), *Chinese Soft Power and Its Implications for the United States: Competition and Cooperation in the Developing World*, Report of the CSIS Smart Power Initiative (2009).
- Huntington, S. P. (1968). *Political Order in Changing Societies*. Yale University Press.
- Keltner, D. (2016). *The Power Paradox: How We Gain and Lose Influence*. Penguin press.
- Kroeber, A. R. (2016). *China's Economy? Whats Everyone Needs to Know*. Oxford University Press.
- Mares, D.R. e Trinkunas, H.A. (2016). *Aspirational Power: Brazil on the Long Road to Global Influence*. Brookings Institution Press.
- McClory, J. (2015). *The Soft Power 30 Report*. Portland Communications.
- McClory, J. (2016). *The Soft Power 30 Report*. Portland Communications.
- McClory, J. (2017). *The Soft Power 30 Report*. Portland Communications.
- Mounk, Y. (2018). *The People Vs. Democracy: How Our Freedom is in Danger and How to Save It*. Harvard University Press.
- Nunn, N. (2014). Historical Development. *Handbook of Economic Growth*, 2A, 347-402. Elsevier.
- Nye, J. (Jr.) (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Public Affairs.

- Persson, T. e Tambelini, G. (2006). Democracy and Development: The Devil in the Details. *American Economic Review*, 96(2), 319-324.
- Pierson, P. (2004). *Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis*. Princeton
- Ramey, G. e Ramey, V. (1995). Cross-Country Evidence on the Link Between Volatility and Growth. *American Economic Review*, 85(5), 1138-1151.
- Reinhart, C., Reinhart, V. e Rogoff, K. (2016). Dealing with Debt. *Journal of International Economics*, 96(1), 43-55.
- Ricupero, R. (2017). *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Versal Editores.
- Rose, A. (2015). *Like Me, Buy Me: The Effect of Soft Power on Exports*. NBER Working Paper n. 21537, Setembro.
- Rose, A. (2019). *Agent Orange: Trump, Soft Power, and Exports*. NBER Working Paper n. 25439, Janeiro.
- Shambaugh, D. (2013). *China Goes Global: The Partial Power*. Oxford University Press.
- Shambaugh, D. (2016). *China's Future*. Polity Press.
- Souza, C. L. (2008). *A Doutrina Drago e as relações entre as repúblicas americanas*. Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC em Vitória, Espírito Santo.
- Spruk, R. (2019). The rise and fall of Argentina. *Latin America Economic Review*, 28 (artigo n. 16).
- Stuart, A. M. (2011). *O bloqueio da Venezuela em 1902: suas implicações nas relações internacionais da época*. Editora Unesp.
- Vale, S.R. (2019). *Ensaio sobre o papel da economia e das instituições no soft power e no hard power*. Tese de Doutorado. Instituto de Relações Internacionais (USP).
- Van Herpen, M. H. (2016). *Putin's Propaganda Machine: Soft Power and Russian Foreign Policy*. Rowman & Littlefield.
- Vuving, A. (2009). *How Soft Power Works*. Paper apresentado no American Political Science Association Annual Meeting, Toronto, setembro de 2009.
<http://apcss.org/Publications/Vuving%20How%20soft%20power%20works%20APSA%202009.pdf>
- Zakaria, F. (1997). The Rise of Illiberal Democracy. In *Foreign Affairs* 76(6), 22-43.
- Zanini, F. (2017). *Euforia e fracasso do Brasil grande: política externa e multinacionais brasileiras na era Lula*. Editora Contexto.
- Zhao, S. (2009). The Prospects of China's Soft Power: How sustainable? In Mingjiang Li (Ed.), *Soft Power: China's Emerging Strategy in International Politics*. Lexington Books.
- Walker, C. (2016). The hijacking of "soft power". *Journal of Democracy*, 27(1), 49-63.
- Wooldridge, J. (2010). *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. The MIT Press.

Sobre o autor

Sergio Rodrigo Vale - MB Associados – Consultoria em Análise Macroeconomia – São Paulo/SP (Brasil). E-mail: sergio.vale@mbassociados.com.br Orcid id: <https://orcid.org/0000-0002-3983-6214>

An Empirical Analysis Between Economic Development and Soft Power

Sergio Rodrigo Vale

MB Associados – Consultoria em Análise Macroeconomia – São Paulo, (Brasil)

ARTICLE DETAILS	ABSTRACT
<p>Article history: Received: 22 September 2020 Accepted: 29 March 2021 Available online May: 01 th 2021</p> <p>Double Blind Review System</p> <p>Scientific Editor Ilan Avrichir</p>	<p>Objective: To empirically identify the impact of economic development and its volatility on soft power.</p> <p>Method: Research of an empirical nature with the use of econometric instruments by simple regression and instrumental variables, using data from several sources, especially McClory (2017) and IMF.</p> <p>Main results: It corroborates the idea that countries with greater economic development have more soft power and also that the greater volatility of this development is related to lesser soft power.</p> <p>Relevance and originality: In recent years, the discussion about soft power has grown, especially for emerging countries where hard power is less. But can't the capacity for external influence through soft power be dissociated from the country's own development capacity? This subject is scarcely analyzed in the literature and especially the idea that more volatile countries lead to less soft power is particularly unprecedented.</p> <p>Theoretical contributions: The article brings to light the necessary discussion of the role of economic development in the generation of soft power in different countries. More developed countries would be able to better exploit their soft power capabilities.</p> <p>Social contributions: In times of such profound geopolitical changes with the dispute between China and the United States, it is important to understand that exploiting each country's soft power capital would be facilitated if conditions for domestic economic progress were better anchored. The economic and social development of each country comes before seeking greater soft power.</p>
<p>Keywords</p> <p>Soft power Economic development GDP per capita</p>	

Un Análisis Empírico entre Desarrollo Económico y Poder Blando

Sergio Rodrigo Vale

MB Associados – Consultoria em Análise Macroeconomia – São Paulo, (Brasil)

HISTORIA DEL ARTÍCULO	RESUMEN
<p>Historia del Artículo:</p> <p>Recibido: 22 de Septiembre de 2020 Aceptado: 29 de Marcha de 2021 Disponible en línea: 01 de Mayo 2021</p> <p>Double Blind Review System</p> <p>Editor Científico Ilan Avrichir</p> <hr/> <p>Palabras-clave:</p> <p>Poder blando, Desarrollo económico, PIB per cápita</p>	<p>Objetivo: Identificar empíricamente el impacto del desarrollo económico y su volatilidad en el poder blando.</p> <p>Método: Investigación de carácter empírico con el uso de instrumentos econométricos por regresión simple y variables instrumentales, utilizando datos de diversas fuentes, especialmente McClory (2017) y FMI.</p> <p>Principales resultados: Corroborar la idea de que los países con mayor desarrollo económico tienen más poder blando y también que la mayor volatilidad de este desarrollo está relacionada con un poder blando menor.</p> <p>Relevancia y originalidad: En los últimos años, la discusión sobre el poder blando ha crecido, especialmente para los países emergentes donde el poder duro es menor. Pero, ¿no se puede disociar la capacidad de influencia externa a través del poder blando de la propia capacidad de desarrollo del país? Este tema apenas se analiza en la literatura y especialmente la idea de que países más volátiles conducen a menos poder blando no tiene precedentes.</p> <p>Aportes teóricos: El artículo saca a la luz la necesaria discusión sobre el papel del desarrollo económico en la generación de poder blando en diferentes países. Los países más desarrollados podrían aprovechar mejor sus capacidades de poder blando.</p> <p>Contribuciones sociales: En tiempos de cambios geopolíticos tan profundos con la disputa entre China y Estados Unidos, es importante entender que la explotación del capital del poder blando de cada país se facilitaría si las condiciones para el progreso económico interno estuvieran mejor ancladas. El desarrollo económico y social de cada país viene antes que buscar un mayor poder blando.</p>

Como citar este artículo:

Vale, S. (2021). Uma Análise Empírica entre Desenvolvimento Econômico e Soft Power. *Internext*, 16(2), 203-220. doi: <http://dx.doi.org/10.18568/internext.v16i1.632>